

## A LITERATURA POMBALINA E A MITOLOGIA JESUÍTI- CA: UM CASO MODERNO DOS USOS E FUNCIONALIDA- DES DO MITO DO COMPLÔ<sup>1</sup>

José Eduardo Franco <sup>2</sup>

<http://orcid.org/0000-0002-5315-1182>

<http://lattes.cnpq.br/0560639560633860>

120

Luiz Eduardo Oliveira <sup>3</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-1610-3835>

<http://lattes.cnpq.br/6913055000633830>

Enviado em: 07/09/2023

Aceito em: 10/12/2023

**RESUMO:** Neste artigo, buscamos mostrar o modo como a literatura pombalina, ao mobilizar o discurso do complô para demonizar a Companhia de Jesus e assim atingir seus fins políticos e ideológicos, acabou por consolidar o mito dos jesuítas, uma vez que, com a política regalista assumida pelo ministro de D. José I (1714-1777), Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), que passou à história com o título de Marquês de Pombal, o antijesuitismo vai ser assumido como programa de Estado, estabelecendo o padrão e os elementos lexicais e retóricos necessários para a produção literária antijesuítica que lhe foi posterior. Para atingir tal objetivo, faremos uso da historiografia, bem como de alguns pressupostos teóricos relativos à história cultural, aos mitos e representações (DURAND, 1983; GIRARDET, 1990; LEROY, 1999; ELIADE, 2000; CHARTIER, 2002; FRANCO, 2006; BARTHES, 2007). Como fonte, será usado um conjunto de textos idealizados, produzidos ou patrocinados por Pombal, a que denominamos literatura pombalina: preâmbulos de peças legislativas, prefácios ou dedicatórias de obras literárias e pedagógicas, panfletos e narrativas biográficas ou historiográficas, documentação burocrática e epistolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** complô, jesuítas, literatura pombalina, mito.

**ABSTRACT:** In this article, we seek to show how Pombaline literature, by mobilizing the discourse of the plot to demonize the Society of Jesus and thus achieve its political and ideological ends, ended up consolidating the myth of the Jesuits, since, with the assumed regalistic policy by the minister of D. José I (1714-1777), Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), who went down in history with the title of Marquis of Pombal, anti-jesuitism began to be assumed as a State program, establishing the pattern and the lexical and rhetorical elements necessary for the anti-jesuit literary production that followed. To achieve this objective, we will make use of historiography, as well as of some theoretical assumptions relating to cultural history, myths and representations (DURAND, 1983; GIRARDET, 1990; LEROY, 1999; ELIADE, 2000; CHARTIER, 2002; FRANCO, 2006; BARTHES, 2007). As historical sources, a set of texts desig-

<sup>1</sup> Este artigo vincula-se a um projeto de investigação e preparação da obra completa do marquês de Pombal, em 32 volumes, sob a direção dos pesquisadores portugueses José Eduardo Franco, Pedro Calafate e Viriato Soromenho-Marques (Pombalia - Referência PTDC/HAR-HIS/32197/2017). O projeto busca renovar os estudos pombalinos através de uma abordagem interdisciplinar de toda a obra escrita do marquês de Pombal ou por ele diretamente inspirada para a preparação de uma edição criticamente anotada e atualizada sobre a temática, promovendo assim uma renovação dos estudos pombalinos.

<sup>2</sup> José Eduardo Franco é Professor Catedrático da Universidade Aberta de Portugal, Diretor do Centro de Estudos Globais e da Cátedra UNESCO de Estudos Globais. É também Professor Visitante da UFS e membro fundador da Cátedra Marquês de Pombal (Camões, I.P. / UFS). E-mail: joseeduardofranco@gmail.com

<sup>3</sup> Luiz Eduardo Oliveira é Professor Titular de Literatura de Língua Inglesa da Universidade Federal de Sergipe, Editor Chefe da Revista de Estudos de Cultura (REVEC) e Diretor da Cátedra Marquês de Pombal (Camões, I.P. / UFS). E-mail: luizeduardo@academico.ufs.br

ned, produced or sponsored by Pombal which we call Pombaline literature will be used: preambles of legislative pieces, prefaces or dedications of literary and pedagogical works, pamphlets and biographical or historiographical narratives, bureaucratic and epistolary documentation.

**KEY WORDS:** plot, Jesuits, Pombaline literature, myth.

## Introdução

O mito do complô, que pode ser entendido como um dispositivo retórico que possibilita a figuração do inimigo como uma ameaça global destituída de qualquer sentimento de humanidade, dando origem a uma teoria da conspiração que acaba por confundir o oponente com o próprio mal (LEROY, 1999), caracteriza-se por desfocar intencionalmente a realidade a partir da virulência reducionista de um discurso, ou narrativa, que se vale de variados artifícios discursivos para demonizar o outro. Assim, mediante um processo de simplificação de todas as complexidades do oponente, o discurso<sup>4</sup> do complô fornece ao objeto mitificado uma espécie de realidade atemporal, provocando uma acentuada deformação que o priva inclusive de sua historicidade, isto é, do seu lugar de fala<sup>5</sup>.

Tais práticas de antagonização do outro, que se configuram como uma formulação imagética com características que se integram na morfologia discursiva do mito do complô, produzem uma imagem distorcida do objeto mitificado para fins ideológicos (GIRARDET, 1990, p. 49-53), funcionando como uma estratégia política de exclusão de certos grupos na disputa pelo poder, tal como ocorreu e ocorre em todas as nações, antigas ou modernas, centrais ou periféricas, metropolitanas ou pós-coloniais, pois as crenças ou a ideologia do outro demonizado é representada como uma ameaça aos valores positivos de cada grupo ou sociedade (FRANCO e OLIVEIRA, 2021). Nesse sentido, tal processo de mitificação tem uma função ideológica e mobilizadora, acionada para atingir fins concretos no plano político-institucional.

No caso dos jesuítas, o aspecto mais impressionante do seu processo de mitificação é a sua demonização excessiva, sua representação<sup>6</sup> como a própria encarnação do mal, algo que se inaugura com a literatura pombalina, aqui tida como núcleo fundamental de seus principais argumentos e palavras-chave, como sugere Antunes (1983, p. 129), que a considera o produto final de uma das mais violentas campanhas demolidoras da história portuguesa contra um grupo ou uma instituição. Com efeito, aqui o mito do complô se apresenta de forma perfeita: os jesuítas são acusados de antinacionais, sectaristas, anticristãos, simuladores da pior espécie, num discurso repetitivo que se apresenta nos preâmbulos das peças legislativas, nos prefácios e dedicatórias das obras literárias e pedagógicas, nos panfletos e narrativas biográficas ou historiográficas, na documentação burocrática e epistolar.

<sup>4</sup> A noção de discurso, aqui, vale-se de alguns pressupostos de Bakhtin (2003, p. 271), para quem o enunciado só é possível em uma situação de comunicação discursiva, caracterizada pela alternância dos sujeitos do discurso. Tal alternância determina os limites do enunciado, tanto em relação aos enunciados anteriores, dos quais é uma espécie de resposta, quanto às compreensões responsivas que suscita.

<sup>5</sup> Para Barthes (2007, p. 261-263), o mito é uma fala, isto é, um sistema de comunicação, não podendo ser concebido como um objeto, ideia ou forma. Assim, tudo que é passível de discurso é um mito. No entanto, o discurso mítico não surge da natureza das coisas, mas emerge de circunstâncias históricas concretas, constituindo-se como um sistema semiológico no qual a linguagem é entendida não somente em sua forma verbal, mas como uma unidade significativa que pode abranger imagens e objetos, desde que eles possam tornar-se “fala”.

<sup>6</sup> O mito pode ser entendido também no nível de suas representações, no sentido que Chartier (2002, p. 23-24) dá ao termo, isto é, como séries de discursos que apreendem e estruturam o mundo, podendo ser apropriados pelos leitores dos textos – ou das imagens – que nos possibilitam ver e a pensar o real.

Assim, a mobilização do mito do complô na literatura pombalina pode ser entendida como a construção de uma ficção que se faz passar por verdade através da invenção de uma tradição de um passado glorioso interrompido pela chegada, em Portugal e seus domínios, da Companhia de Jesus. Tal ficção, apesar de constituída e articulada no passado ou a partir do passado, tem uma funcionalidade explicativa e mobilizadora no presente e para o futuro. Desse modo, trata-se de uma linguagem literária, no sentido que Durand (1983, p. 27) dá ao termo quando qualifica a “linguagem mítica”. Neste artigo, buscaremos mostrar o modo como a literatura pombalina, ao mobilizar o discurso do complô para demonizar a Companhia de Jesus e assim atingir seus fins políticos e ideológicos, acabou por consolidar o mito dos jesuítas, uma vez que, com a política regalista assumida pelo todo-poderoso ministro de D. José I (1714-1777), Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), que passou para a história com o título de Marquês de Pombal, o antijesuitismo passou a ser assumido como programa do Estado, estabelecendo o padrão e os elementos lexicais e retóricos para a produção literária antijesuítica que lhe foi posterior.

### **Origens do antijesuitismo**

O antijesuitismo, assim como os demais discursos caracterizados como anti (FRANCO e OLIVEIRA, 2021), é um fenômeno tão antigo quanto a própria Companhia de Jesus (LACOUTURE, 1992), uma vez que suas primeiras manifestações ocorrem já em seu momento de sua fundação, pelo padre espanhol Inácio de Loyola (1491-1556), em 1540, antes mesmo de se tornar uma das mais influentes instituições católicas do mundo moderno. Assim, as censuras, críticas e suspeitas que os jesuítas enfrentaram em seus primórdios vai acompanhá-los em seu movimento de expansão na Europa e no resto do mundo, despertando a desconfiança e a inveja de seus concorrentes e opositores pelo sucesso de sua estratégia missionária e pela posição hegemônica que alcançaram nas esferas de ação do poder político e das ordens religiosas do catolicismo, mas também pela riqueza material que foram adquirindo, mediante transações comerciais e concessões ou auxílios reais ou estatais, e que se transformaram na base material de sustentação de sua ação evangelizadora e missionária, algo que foi interpretado como ganância e cupidez, qualidades incompatíveis com o estado de vida religiosa.

Com o passar do tempo, o antijesuitismo foi-se tornando um discurso demonizador não somente da instituição, mas de sua própria doutrina, mediante os mais diversos suportes e gêneros discursivos, e de variadas proveniências, estatutos e classes sociais de seus produtores e difusores, que atravessam o campo político, eclesiásticos, administrativo, jurídico, filosófico, pedagógico, jornalístico e literário. Da mesma forma, o discurso antijesuítico parte de diversas filiações ideológicas e religiosas: desde os absolutistas, no século XVIII, passando pelos liberais e maçons do século seguinte, e também republicanos, socialistas, marxistas e anarquistas, crentes e ateus, católicos e protestantes no século XX (FRANCO, 2006).

A autonomia financeira conquistada pela Companhia de Jesus, assim como sua organização, investimento na formação das elites culturais e políticas e capacidade de publicação e publicização de suas obras e resultados, os transformaram em alvo fácil para a crítica de seus adversários, ao mesmo tempo em que os treinaram para rebater os ataques com eloquência e precisão, suscitando, desse modo, a admiração e o apoio explícito de seus simpatizantes, que se prontificaram a construir um mito positivo da Companhia de Jesus, em contraposição ao mito negativo construído pelos discursos antijesuíticos.

Já antes de sua expulsão de Portugal e seus domínios, em 1759, por ordem do marquês de Pombal, confirmada por El Rei D. José I, os jesuítas eram acusados, difamados e perseguidos, o que continuou a ocorrer mesmo depois de a ordem ter sido extinta universalmente por Clemente XIV (1705-1774), em 1773. Na segunda fase da vida da Companhia de Jesus, restaurada pelo papa Pio VII (1742-1823), em 1814, até as primeiras décadas do século XX, durante a Primeira República portuguesa, quando voltaram a ser perseguidos, os Jesuítas adotaram uma postura bem diferente do período anterior, caracterizada pelo retraimento e desconfiança em relação ao mundo, algo relacionado à situação da própria Igreja Católica, que já vinha se mostrando intransigente com relação às transformações sociopolíticas, filosóficas e científicas da sociedade desde fins do século XIX.

Desse modo, a Companhia de Jesus, buscando reviver a importância perdida pela Igreja na sociedade, que se encontrava em crescente processo de secularização, teve dificuldade em dialogar com as novas tendências e aceitar - ou se apropriar dos - novos paradigmas. Nessa fase, o antijesuitismo encontra expressão cultural nas margens do catolicismo, o que vai fazer dos inicianos, mais uma vez, inimigos da modernidade. É aqui que verificamos a transposição do mito dos jesuítas do universo católico, onde se originou, para o mundo laico, cada vez mais empenhado em combater a interferência das ordens religiosas, e até mesmo da religião, na sociedade e na cultura. Não por acaso, no período liberal e durante a república, época de cerceamento da influência, tida como conservadora e retrógrada, da Igreja, o antijesuitismo vai se tornar uma vertente privilegiada do anticongreganismo, do anticlericalismo, do anticatolicismo e mesmo do antirreligiosismo.

No próximo tópico, veremos como o mito dos jesuítas se configura e se consolida no período pombalino, que comporta os anos do reinado de D. José I, de 1750 a 1777. Tal mito será elaborado no contexto da emergência de uma ideologia política absolutista de feição regalista que visava combater o poder hegemônico da Igreja, em prol da centralização e concentração do poder do Estado nas mãos do rei. Nesse sentido, o antijesuitismo vai se tornar uma vertente estruturante de uma luta mais ampla travada pelas monarquias contra o poder internacionalista do papado.

### **A literatura pombalina e o mito do complô**

O mito dos jesuítas se configura e se consolida quando o antijesuitismo passa a ser assumido como programa do Estado, deixando de ser promovido meramente em nome do interesse de algumas elites ou de outras ordens religiosas concorrentes. O discurso inaugurado nos preâmbulos das peças legislativas, prefácios e panfletos mandados traduzir para várias línguas, ao mobilizar um arsenal léxico-discursivo em letra maiúscula que dá sustentação à noção de “moderno” - Razão; Luzes; Progresso; Civilização; Felicidade; Estado; Nação; Ciências; Letras e Educação -, pauta-se no mito do complô para denunciar uma suposta conspiração tramada pelos inicianos, que são representados como os adversários da modernidade lusitana e responsáveis pelo atraso de Portugal em todos os setores - econômico, político e cultural.

Já na primeira peça legislativa pombalina referente ao ensino, a chamada Lei do Diretório, expedida em 3 de maio de 1757 e confirmada pelo Alvará de 27 de agosto de 1758, que estendeu seus efeitos, antes restritos ao Estado do Grão Pará e Maranhão, a todas as colônias de Portugal, estão presentes os principais elementos discursivos que farão contraponto à ideia de uma Europa polida e civilizada: o suposto atraso da administração temporal e pedagógica dos jesuítas, tidos como destruidores de uma Idade de Ouro perdida (ELIADE, 2000), que remonta aos tempos da gesta camoniana.

---

imediate, exposta no parágrafo primeiro, é extinguir a administração temporal dos jesuítas sobre os índios das aldeias do Estado do Grão Pará e Maranhão para que lhes sejam propostos os “meios de Civilidade” e de conveniência, persuadindo-lhes os “dictames da racionalidade”. Tal competência deveria caber a um Diretor, que seria nomeado pelo Governador e Capitão General do Estado, cuja missão seria “christianizar e civilisar”. A cristianização ficaria sob a responsabilidade do prelado da Diocese, mas a “Civilidade dos Índios” estava sob a responsabilidade dos Diretores, cuja primeira medida seria a imposição da obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, algo não observado pelos “primeiros Conquistadores”, isto é, os jesuítas:

Sempre foi maxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Dominios, introduzir logo nos Povos conquistados o seu proprio idioma, por ser indisputavel, que este he hum dos meios mais efficazes para desterrar dos Povos rusticos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiencia, que ao mesmo passo, que se introduz nelles o uso da Lingua do Principe. Observando pois todas as Nações polidas do Mundo este prodente, e solido systema, nesta Conquista, se praticou tanto pelo contrario, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nella o uso, da Lingua, que chamarão geral; invenção verdadeiramente abominavel, e diabolica, para que privados os Índios de todos aquelles meios, que se podião civilisar, permanecessem na rustica, e barbara sujeição, em que até agora se conservarão (PORTUGAL, 1830, p. 508-509).

No caso do Alvará de 28 de junho de 1759, que reformou o ensino de Humanidades antes mesmo da expulsão definitiva dos jesuítas, pelo Alvará de 3 de setembro do mesmo ano, o discurso, da mesma forma, é incisivo ao atribuir à ação malévolos dos jesuítas o atraso de Portugal com relação às “Nações civilizadas”, mas apresenta um elemento novo: a tentativa de historicizar a decadência das letras lusitanas, que tinham perdido seu apogeu quando a Companhia de Jesus introduziu no reino seu “escuro, e fastidioso Methodo”, contraposto às luzes dos “Varões de eximia erudição”. Desse modo, a tradição jesuítica representa um passado a ser repudiado, uma vez que interrompe a linha evolutiva da cultura portuguesa:

Tendo em consideração outro sim a que sendo o estudo das Letras Humanas a base de todas as Sciencias, se vê nestes Reinos extraordinariamente decahido daquelle auge, em que se achavão, quando as Aulas se confiarão aos Religiosos Jesuitas, em razão de que estes com o escuro, e fastidioso Methodo, que introduzirão nas Escolas destes Reinos, e seus Domínios; [e muito mais com a inflexível tenacidade, com que sempre procurarão sustentallo contra a evidencia das solidas verdades, que lhe descobrirão os defeitos, e os prejuizos do uso de hum Methodo, que, depois de serem por elle conduzidos os Estudantes pelo longo espaço de oito, nove, e mais annos, se achavão no fim delles tão illaqueados nas miudezas da Grammatica, como destituídos das verdadeiras noções das Linguas Latina, e Grega, para nellas fallarem; e escreverem sem hum tão extraordinario desperdicio de tempo, com a mesma facilidade, e pureza, que se tem feito familiares a todas as outras Nações da Europa, que abolirão aquelle pernicioso Methodo; dando assim os mesmos Religiosos causa necessaria á quase total decadencia das referidas duas Linguas; [...]] (PORTUGAL, 1830, p. 673-674).

Como se vê, nos preâmbulos dessas duas peças legislativas citadas, mas também nos prefácios e introduções dos compêndios e obras literárias patrocinadas ou autorizadas pelo ministro de D. José, repete-se a mesma ladainha acusatória dos jesuítas com o pretexto de reparar os estudos dos grande males por eles causados, tal como nos mostram as *Instrucçoens para os Professores de Grammatica Latina, Grega Hebraica, e de Rhetorica*, publicadas dois dias depois do Alvará de 28 de junho de 1759. Esse discurso condenatório, esboçado nos preâmbulos de varias peças legislativas, desenvol-

veu-se como narrativa histórica na *Dedução Chronologica e Analytica dada à luz pelo Doutor José de Seabra da Sylva, Desembargador da Casa da Suplicação e Procurador de Coroa* (1767), que se apresentava como a “história verdadeira” dos acontecimentos políticos e literários do país desde a entrada dos jesuítas no reino, em 1540, até a “sabia Ley de 3 de Setembro de 1759”, que os expulsou (SYLVA, 1767).

Para Andrade (1981, p. xiii-xiv), a *Dedução Chronologica* é uma peça de propaganda antijesuítica com ataques dos mais grosseiros, fazendo tábula rasa de tudo que os inicianos tinham construído no reino e em seus domínios e de todo seu contributo na expansão imperial portuguesa. Da mesma forma, o *Compêndio histórico da Universidade de Coimbra* (1772) e a Carta de Roboração de 28 de agosto de 1772, com a qual foram publicados os novos *Estatutos da Universidade de Coimbra*, condenam os jesuítas por todos os estragos pedagógicos, filosóficos e literários no reino de Portugal.

Conforme Eliade (2000, p. 143), nos mitos do fim do mundo, a sua simbologia configura-se como um retorno ao caos e à cosmogonia, provocando assim o renascimento das esperanças numa humanidade nova. No caso da literatura pombalina, esse novo começo associa-se à recuperação de um passado mítico e literário, amparado pelos cronistas e pela gesta camonianiana. Nesse movimento discursivo, as causas da decadência moral, social e religiosa do povo lusitano são articulados com o mito do complô, que vai funcionar como um dispositivo retórico que possibilita a figuração da Companhia de Jesus como uma ameaça global, identificando-se com o próprio mal.

Outro documento pombalino no qual está bem patente esse recurso ao mito do complô jesuítico é o *Compêndio analytico das negociações entre as cortes de Lisboa e Madrid desde 1759 até ao fim do ano de 1775*. Aqui, os jesuítas são apresentados como aliados do governo castelhano na difusão desabonadora do reino lusitano, com o intuito de perturbar as relações já centenárias entre Portugal e Inglaterra:

O marquês [de Grimaldi] e os Jesuítas seus associados fizeram divulgar em Lisboa e no Porto um libelo difamatório intitulado *Prophecia politica*, no qual se tratava de persuadir que os ingleses oprimiam os portugueses e os tratavam como escravos, e o contrário publicavam na praça do Comércio, e em outros lugares públicos da capital de Inglaterra (Apud SANTARÉM, 1842, p. 393).

Mesmo depois da expulsão dos Jesuítas de Espanha, Pombal temeu que os inicianos estivessem tramando uma aliança com os ingleses, que teriam prometido, segundo a sua suposição, receber os jesuítas no seu país e depois reintroduzi-los nas colônias portuguesas e espanholas da América (MAXWELL, 1996, p. 125). O ministro português imaginava o governo inglês a equipar os Jesuítas com armamento e a fornecer-lhes tropas, disfarçadas sob a roupeta dos religiosos da Companhia. Esse receio com relação a uma suposta coligação britânico-jesuítica acentuou-se depois da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), quando os ingleses sobrepujaram tanto a França quanto a Espanha.

Não precisamos de mais exemplos, que são muitos, para provar que a literatura pombalina modela, configura e consolida o mito dos jesuítas, reproduzindo reiteradamente seu discurso deformador, num permanente glosar que se vai alargando em espiral, de século para século, na medida em que o objeto mitificado é acrescido de novos elementos, decorrentes de novas circunstâncias e conjunturas históricas. Em tal percurso, a historiografia vai assumir um papel fundamental na reprodução e recriação, ou reconstrução, do mito. Como notou Andrade (1981, p. xxiv-xxix), a historiografia do século XIX reproduziu acriticamente os postulados da *Dedução Chronologica*, embora, na contramão desse discurso consensual, que mitifica positivamente o marquês de Pombal e negativamen-

te os jesuítas, tenham sido publicadas algumas obras elogiosas com relação aos inicianos e críticas quanto às reformas de Pombal, como *O perfil do Marquês de Pombal* (1882), de Camilo Castelo Branco (1825-1890), que fixou sua imagem como um déspota sanguinário. Nessa perspectiva, o mito dos jesuítas é um discurso que produz uma doutrina, que, por sua vez, se transforma em dogma, mediante um processo pelo qual a realidade passa a ser dogmaticamente percebida (BAZÁN, 2000, p. 18-19).

Assim, a literatura antijesuítica produzida em Portugal a partir do período pombalino estabeleceu um discurso modelar que perdurou até a Primeira República. Nesse modelo, a realidade é dicotomizada em dois pólos, entre trevas e luz no século XVIII e entre progresso e decadência, ou liberdade e escravidão, nos séculos seguintes. Tal dicotomia configura-se discursivamente como duas entidades fundamentais na configuração do mito: um Nós e um Outro. O Nós é representado por aquele que planeja e persegue a realização de uma utopia positiva, como a da modernidade ou do progresso, mas também da felicidade do povo, da harmonia social e da educação moderna. Na literatura pombalina, o Nós confunde-se com o Estado e seus agentes, e nos séculos seguintes com o interesse de grupos político-ideológicos específicos, tendo como contraponto comparativo a ideia de uma “Europa civilizada”.

O Outro, por sua vez, é a Companhia de Jesus, representada como uma máquina nefasta de decadência e destruição cuja intenção principal é arruinar as ordens instituídas para assegurar o seu poder opressor e obscurantista. Nessa perspectiva, os jesuítas passam a deter, supostamente, um poder diabólico e dissimulado, como uma erva daninha ou fênix que renasce dos escombros, prestes a atrapalhar ou impedir um projeto salvacionista para Portugal.

No Limite, o mito dos Jesuítas, em tal contexto, apresenta-se como uma estratégia discursiva com interesses político-ideológicos bem precisos, ditados pelas circunstâncias históricas do reino português. No caso da literatura pombalina, entendida aqui como o conjunto de escritos idealizados, produzidos ou patrocinados pelo ministro de D. José I, a demonização dos jesuítas é tão completa que é negado o próprio nome pelo qual os padres daquela ordem são chamados qualificativamente, pois os textos pombalinos a ela se referem como “Companhia denominada de Jesus”, como se quisesse evidenciar a sua ousadia e astúcia.

### **Algumas considerações**

A consolidação do mito dos jesuítas, na literatura pombalina, é resultante de condições e conjunturas sócio-econômicas e ideológicas que lhe eram contemporâneas, mas lastreia-se, em sua retórica, ou em sua discursividade, em toda a tradição antijesuítica que acompanhou a Companhia de Jesus desde o momento de sua fundação, em 1540, até o momento de sua expansão e indisputável hegemonia, que durou, em Portugal e seus domínios, até 1759, quando a ordem foi expulsa do reino lusitano e o marquês de Pombal emerge como o fundador do mito, sistematizando o legado antijesuítico anterior e hiperbolizando, mediante o uso do discurso do complô, o objeto mitificado, numa campanha propagandística que envolvia todos os meios possíveis, das representações pictóricas (LOPES e LOPES, 2022) aos variados gêneros discursivos ou textuais. Desse modo, o mito elaborado pelo obsessivo ministro Carvalho e Melo acabou por exercer um efeito mobilizador e modelador, tornando-se uma referência matricial cuja influência perdurou ao longo de sucessivas gerações que o adotaram como paradigma.

O próprio Pombal projetou para si, numa espécie de autofiguração, a figura do herói iluminado, um salvador da pátria que combatia o anti-herói jesuíta, que por sua vez era

o grande oponente da idade das Luzes. Assim, faz questão de fazer-se representar em tal papel, e não somente nos preâmbulos das peças legislativas, prefácios e panfletos mandados traduzir para várias línguas, mas também nas representações pictóricas que encomendava, como o célebre quadro “O Retrato de Sebastião José de Carvalho e Melo, a expulsão dos Jesuítas, estabelecimento do Comércio, Indústria, Artes e a reedificação de Lisboa” (1766), pintado por Louis-Michel van Loo (1707-1771) e Claude-Joseph Vernet (1714-1789). Essa assunção explícita e ostensiva de um novo paradigma cultural, marcado pelo convívio paradoxal do Iluminismo racionalista com um poder político absoluto, despótico e regalista, marca os contornos que definem as bases ideológicas e doutrinárias da figuração negativa da Companhia de Jesus, que se consolida quando o antijesuitismo passa a ser o discurso oficial do Estado.

Dito de outro modo, o processo de elaboração do mito dos jesuítas operado pelo marquês de Pombal relaciona-se com uma importante fase da história política e cultural de Portugal e seus domínios: a emergência do Iluminismo e do racionalismo, que são devidamente apropriados e adaptados à realidade metropolitana e colonial portuguesa. Tal processo não é pacífico e tampouco linear, pois é marcado por um violento combate contra uma instituição tida como ameaçadora para a execução do projeto político do despotismo ilustrado. Assim, o mito da Companhia de Jesus, tal como se configura na literatura pombalina, inscreve-se numa vasta tradição antijesuítica, que Pombal recolheu e sistematizou, dando-lhe contornos dogmáticos.

Nesse sentido, será sempre a partir da matriz criada por Pombal que a mitologia jesuítica perdurará, plasmando-se e recriando-se no tempo em seus novos contextos sociopolíticos e culturais. Apesar de adquirir, em cada época, contornos próprios, os jesuítas, enquanto se fizerem mito, nunca deixarão de ser fiéis ao que foi essencialmente estabelecido pelo paradigma pombalino, que deu origem a um movimento cultural de longa duração e, mais do que isso, a uma mentalidade específica. Desse modo, o mito da Companhia de Jesus ganha eficácia maior quando do seu banimento, provocado por um poder político institucional. Assim aconteceu em sua constituição matricial, em 1759, no reinado de D. José I, e em sua segunda expulsão, em 1834, com a restauração do regime liberal, e finalmente em 1910, no contexto da implantação da república, quando o mito, já organizado retoricamente, procura fundar-se na reiteração monótona dos velhos argumentos, remetendo-se para os textos tidos e havidos como paradigmáticos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários: contribuição para a história da pedagogia em Portugal*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1981.

ANTUNES, Manuel et al. *Como interpretar Pombal? No bicentenário de sua morte*. Lisboa: Edições Brotéria, 1983.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução: Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Tradução: José Augusto Seabra. Lisboa: Edições 70, 2007.

---

BAZÁN, Francisco García. *Aspectos inusuales de lo sagrado*. Madrid: Editorial Trotta, S.A., 2000.

BRANCO, Camillo Castelo. *Pefil do marquez de Pombal*. Porto: Clavel & Cia / Rio de Janeiro: L. Couto & Cia, 1882.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2a. ed. Algés: Difel, 2002.

DURAND, Gilbert. *Mito e sociedade: a mitoanálise e a sociologia das profundezas*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1983.

ELIADE, Mircea. *Aspectos do mito*. Tradução: Manuela Torres. Lisboa: Edições 70, 2000.

FLOR, Susana Varela e FLOR, Pedro. Retratos setecentistas em oeiras: contributos para o estudo da genealogia iconográfica do Marquês de Pombal. *Artison*, número multi-temático, n. 13, 2000, pp. 46-61.

FRANCO, José Eduardo. *O mito dos jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX)*. Lisboa: Gradiva, vol. 1, 2006.

FRANCO, José Eduardo e OLIVEIRA, Luiz Eduardo. *Dicionário dos antís: a cultura brasileira em negativo*. Campinas: Pontes, 2021.

GIRARDET, Raoul. *Mythes et mythologies politiques*. Paris: Points, 1990.

LACOUTURE, Jean. *Jésuites*. Paris: Seuil, 1982, v. 2.

LEROY, Michael. *O mito jesuíta de Béranger a Michelet*. Lisboa: Roma Editora, 1999.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

PORTUGAL. *Instrucçoens para os professores de grammatica latina, grega, hebraica, e de rhetorica, ordenadas, e mandadas publicar por El Rey Nosso Senhor, para o uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Dominios*. Lisboa: Na Offic. De Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca, 1759.

PORTUGAL. *Estatutos da Universidade de Coimbra compilados debaixo da immediata e suprema inspecção de El Rei D. José I Nosso Senhor pela Junta de Providencia Literaria creada pelo mesmo senhor para a restauração das Sciencias, e Artes Liberaes nestes Reinos, e todos Seus Dominios ultimamente roborado por Sua Magestade na sua Lei de 28 de agosto deste presente anno*. Lisboa: Na Regia Officina Typographica: MDCCLXXII, 1772.

PORTUGAL. *Collecção da Legislação Portugueza desde a ultima compilação das ordenaçõe, redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762*. Lisboa: Na Typographia Maignense, 1830.

---

SANTAREM, Visconde de. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o principio da monarchia até os nossos dias*. Paris: Em Casa de J. P. Aillaud, 1842, v. 18.

SYLVA, Jozeph de Seabra da. *Deducção chronologica, e analytica ...* Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767, 3v.